

DÍZIMO E CHANTAGEM NAS IGREJAS

1 – INTRODUÇÃO

Evidentemente, toda instituição, mesmo as religiosas, que supõem contar com a proteção divina, precisam de recursos financeiros para sobreviver. Assim, em todos os tempos, fosse qual fosse a religião, era necessário garantir a continuidade dos serviços religiosos, financiando os custos com a manutenção de templos, a execução de rituais e o sustento dos ministros.

Do ponto de vista puramente jurídico, como qualquer outra organização civil, as Igrejas têm o direito de solicitar de seus seguidores contribuições financeiras para a continuidade de seu trabalho, inclusive estabelecendo um valor mínimo ou percentual e, até mesmo, definindo penalidades para os que não cumprirem essa obrigação. Contudo, isso corresponderia aos ideais cristãos?

As alternativas mais comuns de manutenção das entidades religiosas, segundo parece, têm sido três: 1) a vinculação à estrutura de governo dos povos (o Estado, em suas diferentes formas históricas); 2) a cobrança de taxas pelos serviços prestados; 3) a cobrança de uma contribuição contínua e estável dos seguidores. Além dessas, mais estáveis, sempre houve as doações extras dos fiéis, seja em agradecimento a “graças alcançadas”, seja por devoção pura, seja por outros motivos (como a vaidade ou o interesse político).

Esses modos podem se combinar entre si, sendo praticados, às vezes, simultaneamente.

O que vou fazer aqui é uma reflexão crítica sobre a forma como o dízimo tem sido trabalhado na consciência dos cristãos, a partir da observação das campanhas pró dízimo realizadas por algumas Igrejas, com a citação de passagens bíblicas tiradas de seu contexto.

Para fundamentar as conclusões, apresento uma rápida retrospectiva bíblica e histórica em três capítulos: DÍZIMO NO ANTIGO TESTAMENTO; MANUTENÇÃO DA IGREJA PRIMITIVA; MANUTENÇÃO DA IGREJA NOS SÉCULOS SEGUINTEs. No meio desses capítulos, de forma direta ou indireta, levanto algumas questões. É em CONCLUSÕES PROVOCATIVAS, contudo, que sintetizo os questionamentos sobre a “política do dízimo” das Igrejas.

Quanto à terminologia empregada, todas as comunidades que consultei têm um cuidado escrupuloso em nunca utilizar a expressão “pagar o dízimo”, com o argumento de que não é um pagamento, mas uma oferta-devolução, ou algo por aí. Não terei escrupulos quanto a isso. Primeiro porque o verbo não implica conotação negativa, mas apenas indica uma obrigação, uma dívida, um encargo, coisas que estão presentes nos discursos eclesiais sobre o dízimo. Considerando, ainda, que o dízimo se caracteriza como percentual fixo, metódico e periódico não deixa de ser uma forma de tributo, ainda mais que as Igrejas costumam cadastrar seus dizimistas, fazendo constar os valores de seus pagamentos mensais. Algumas Igrejas adotam o termo “dizimar”, que, segundo o Houaiss significa (em sua forma obsoleta, isto é, que já não se usa) “cobrar a dízima (‘imposto’)”. Seu uso atual significa “*provocar a morte (de parte de um grupo,...)*”, segundo o Houaiss, ou “*matar (um soldado) em cada grupo de dez*”, conforme o Aurélio. O Dicionário Aurélio informa, em segundo lugar, o sentido de “lançar dízima sobre”. O uso atual de “dizimar” no Brasil está vinculado a devastação, destruição, morte, embora se deva admitir que seu significado inicial fosse ligado a dízima ou dízimo. De qualquer modo, não empregarei esse termo, mesmo que etimologicamente ele possa estar correto. Portanto, usarei livre e indiscriminadamente todas as demais locuções: pagar, ofertar, contribuir, doar, etc.

Por que intitulo esse artigo de “Dízimo e Chantagem”? Reconheço que é uma expressão forte. Contudo, sua função é chamar a atenção, incomodando. Não creio que os defensores do dízimo sejam pessoas de má-fé ou mal-intencionadas. Porém, o modo como tratam esse assunto soa como

uma forma de chantagem emocional. O tom apelativo e empolgado reforçam esse caráter tendencioso de querer impressionar o fiel. Frases ditas com ênfase, às vezes dramática, às vezes rigorosas – “O dízimo pertence a Deus”; “A Deus não se engana”; “O dízimo é sagrado”; “Deus nos dá tudo, devemos devolver a parte Dele” – visam, no mínimo, impressionar ou assustar os ouvintes. Assim, a pregação dizimista se torna uma chantagem, e não uma argumentação racional que convence a inteligência das pessoas sobre sua corresponsabilidade na vida da Igreja. É o que quero dizer.

2 – O DÍZIMO NO ANTIGO TESTAMENTO

O Deuteronômio e o Levítico estabelecem de maneira clara a obrigatoriedade do dízimo, mais que isso, a sua sacralidade, pois “os dízimos da terra pertencem ao SENHOR”. O uso do plural – dízimos – refere-se ao fato de que se trata de dez por cento de cada produto da terra. Assim lemos:

Lv 27,30-34¹: Todos os dízimos da terra, tanto dos produtos da terra como dos frutos das árvores, pertencem a Iahweh: é coisa consagrada a Iahweh. [...] Em todo dízimo de gado graúdo ou miúdo, a décima parte de tudo que passa sob o cajado do pastor é coisa consagrada a Iahweh.

Esses livros, escritos por volta dos séculos VII (a fonte deuteronômica) e VI a.C. (a fonte sacerdotal), em uma época em que a estrutura social e econômica de Israel já estava definida – inclusive com as crises políticas e econômicas instaladas – e em que já havia previsão das possíveis fraudes a serem cometidas e dos problemas possíveis, apresentam alguns detalhamentos curiosos. Por exemplo:

- dízimos dos frutos das árvores (Lev 27,30): essa explicitação que parece desnecessária (não são os frutos produtos da terra?), deve se justificar pela “esperteza” de alguns casuístas que talvez alegassem que o fruto não é um produto direto da terra, mas da árvore;
- dízimo do gado que passa sob o cajado do pastor (Lev 30,32): estabelece um procedimento (fazer o gado passar sob o cajado e contar de dez em dez), escolhendo sempre o décimo para evitar a má-fé dos que selecionavam o pior gado;
- possibilidade de resgate de colheita ou substituição de animal (Lev 27,30 e 33): o dizimista que quiser ficar com uma parte da colheita (por exemplo, os dez por cento da uva que estavam valorizadas naquele ano), podia fazer isso, contanto que pagasse o valor correspondente mais um quinto, com outro produto ou em dinheiro (que devia ser raro); quanto ao animal, caso o décimo animal fosse muito bom ele poderia substituir por outro, mas o animal continuaria consagrado, não podendo ser vendido nem morto para consumo.

Portanto, pela relativa sofisticação das situações possíveis, nota-se que já há uma experiência acumulada, por parte dos sacerdotes (os redatores desse livro), quanto à prática do dízimo no meio do povo.

Contudo, o que o texto quer mesmo acentuar é a sacralidade do dízimo, o que quer dizer, que ele é intocável, que deve ser entregue integralmente. A visão aqui é radical no sentido de que o dízimo pertence a Deus, é a parte Dele. É evidente que esse tom rigoroso visa impressionar as pessoas de modo a garantir que elas cumpram seu dever de manutenção dos funcionários e das atividades religiosas. Isso gerou, ao longo do tempo, comportamentos escrupulosos em que o fiel se sentia interiormente coagido a oferecer seu dízimo, como se fosse condição mesma da proteção divina. É o que Jesus observa com relação ao fariseus e escribas em sua meticulosidade quanto ao

1 Aqui utilizo a tradução da Bíblia de Jerusalém: Ed. Paulus, Nova edição, revista, 3ª impressão de setembro de 1994.

dízimo da hortelã e do cominho (Mt 23,23).

O texto de Deuterônômio é menos sacralizante, reafirmando a norma do dízimo anual, que deve ser compartilhado e comido no templo:

Dt 16,22s: “Todos os anos separarás o dízimo de todo o produto da tua sementeira que o campo produzir, e diante de Iahweh teu Deus, no lugar que ele houver escolhido para aí fazer habitar o seu nome, comerá o dízimo do teu trigo, do teu vinho novo e do teu óleo, como também os primogênitos das tuas vacas e das tuas ovelhas, para que aprendas continuamente a temer a Iahweh teu Deus.

Observa-se o quanto essa redação é menos enfática quanto à pertença dos bens a Deus (que era sempre pressuposta), mas acentua a dimensão do trabalho humano (“tua sementeira”) e o caráter pessoal desse trabalho através da repetição do adjetivo possessivo “teu” (“teu trigo, teu vinho, teu óleo”). Essa é uma nuance importante, pois chama a atenção para o fato de que, embora a saúde, a força de trabalho, a terra, as sementes, a natureza sejam dom de Deus, o que o fiel está oferecendo é também resultado de seu trabalho, do seu esforço, do seu cumprimento do primeiro mandado divino de dominar o mundo (Gn 1,26).

Outro elemento que se destaca é o caráter educativo que se dá ao dízimo: “para que aprendas continuamente a temer a Iahweh teu Deus”. Ou seja, ao invés da ameaça velada do texto levítico (“pertence a Iahweh”), ressalta-se que o dízimo é para que o próprio homem aprenda a temer a Deus. E lembremos o sentido do temor na Bíblia: amor-respeito-adoração, amor que reconhece a soberania absoluta de Deus.

Porém, o mais curioso são os versículos seguintes de Deuterônômio que costumam ser esquecidos pelas Igrejas:

Dt 16,29-29: “A cada três anos tomarás o dízimo da tua colheita no terceiro ano e colocarás em tuas portas. Virá então o levita (pois ele não tem parte nem herança contigo), o estrangeiro, o órfão e a viúva que vivem nas tuas cidades, e eles comerão e se saciarão. Deste modo Iahweh teu Deus te abençoará em todo trabalho que a tua mão realizar.”

Ou seja, o dízimo, no terceiro ano, devia ser entregue aos excluídos da sociedade que, na linguagem bíblico-profética, eram os estrangeiros, órfãos e viúvas. Note-se que, quanto ao levita, destaca-se precisamente essa condição: “não tem herança contigo”. E, no caso do levita, refere-se aos que viviam nas cidades afastadas do templo e que, provavelmente, eram excluídos dos rendimentos oriundos dos serviços religiosos do templo. Portanto, o dízimo tem uma clara dimensão social. Se fôssemos considerar isso percentualmente, poderíamos dizer que um terço do dízimo deveria ser investido em favor dos excluídos sociais e econômicos. Que Igreja faz isso?

Esse texto de Deuterônômio vincula a bênção divina ao trabalho humano não pelo pagamento do dízimo em si mesmo, mas pelo cumprimento dessa parcela especial do dízimo que se oferece aos excluídos.

Independente da insistência dos sacerdotes e das autoridades, ao que parece o compromisso com o dízimo não era muito seguro entre os israelitas, como o próprio texto do Levítico citado acima sugere. Não havia forma de controle objetivo sobre o pagamento do dízimo do povo. Desse modo, só restava apelar à consciência dos crentes. Por isso, textos como os de redação sacerdotal dão tanta gravidade ao dízimo como a parte sagrada de Deus, ou seja, algo intocável.

Malaquias (que significa “meu mensageiro”), autor anônimo, do período entre 500 e 450 a.C., critica duramente as faltas culturais cometidas pelos sacerdotes e pelo povo.

Mal 3,8ss: “Pode um homem enganar a Deus? Pois vós me enganais. - E

dizeis: 'Em que te enganamos?' Em relação ao dízimo e à contribuição. Vós estais sob a maldição e continuais a me enganar, vós todo o povo Trazei o dízimo integral para o Tesouro, a fim de que haja alimento em minha casa. Provai-me com isto, disse Iahweh dos Exércitos, para ver se eu não abrirei as janelas do céu e não derramarei sobre vós bênção em abundância.”

Na tentativa de fazer com que o povo levasse a sério esse dever, os pregadores tanto insinuavam castigos divinos quanto bênçãos divinas. No caso de Malaquias, a maldição era a condição de miséria em que se vivia e a dificuldade em reconstruir a vida dos que haviam voltado do exílio – o pagamento do dízimo poderia sanar tudo isso, pois as “janelas do céu” se abririam.

De fato, o que se pode dizer é que o dízimo foi progressivamente organizado ao longo da história do povo de Deus. É comum, nas catequeses sobre esse assunto, a Igrejas lembrarem do dízimo apresentado por Abraão a Melquisedec (Gn 14,17-20). Entretanto, não se deve entender que o dízimo já estivesse estabelecido desde os primórdios do povo de Deus. Esse texto mostra, na verdade, que o dízimo já era uma prática existente em outras culturas religiosas, mesmo que não constante e periódica. Em Israel, o dízimo foi se constituindo e aperfeiçoando aos poucos, tendo em vista a existência de uma tribo que seria dedicada exclusivamente ao serviço religioso, “sem parte na terra”. Após o exílio, a doutrina do dízimo ganhou mais força, fazendo, inclusive, parte da identidade do autêntico judaísmo.

Evidentemente, o templo, os serviços religiosos e os sacerdotes e levitas não viviam exclusivamente do dízimo. Havia as diferentes ofertas, as doações, os sacrifícios de comunhão e expiação que ajudavam a manter toda a estrutura de serviço, além do aporte que, algumas vezes, os reis faziam, sobretudo nos momentos de construção e reforma do templo. Provavelmente, durante grande período histórico, o dízimo não foi a principal forma de manutenção da religião de Israel, mas os sacrifícios obrigatórios de forte apelo popular, as doações e a própria comercialização de animais que se fazia no quintal do templo.

3 – A MANUTENÇÃO DA IGREJA PRIMITIVA

A única referência que se costuma usar para defender a tese dizimista no Novo Testamento é a conhecida cena relatada por Mateus, no capítulo 23, em que Jesus faz um severo discurso censurando os fariseus e os escribas.

Mt 23,23: “Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas, que pagais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho, mas omitis as coisas mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia e a fidelidade. Importava praticar estas coisas, mas sem omitir aquelas.”

Não há outro texto no Novo Testamento que fale que se deva pagar o dízimo, além deste. Jesus, censura nos fariseus seu cumprimento parcial da Lei (Torá), deixando claro que embora a justiça, a misericórdia e a fidelidade sejam mais importantes, é importante também pagar o dízimo.

Como se percebe, Jesus se refere ao dízimo prescrito no Antigo Testamento que visava à manutenção dos sacerdotes e levitas e de todo o serviço religioso. Aliás, isso não o impede de censurar a esses servidores do Templo em diversas ocasiões. Basta lembrar aqui a famosa parábola – conhecida como Parábola do Bom Samaritano (Lc 10,29-37) – do homem roubado e ferido que ficou abandonado às margens da estrada pela omissão desses religiosos. E não se deve esquecer a contundente ação de Jesus expulsando os vendilhões do Templo e acusando as autoridades religiosas de transformar a casa do Pai em “covil de ladrões” (Mt 21,12-16 e par.).

Na aurora da Igreja, sendo os primeiros cristãos maciçamente de origem judaica, que

“mostravam-se assíduos no Templo” (At 2,46), provavelmente os seguidores de Jesus continuavam a doar seu dízimo para o tesouro do Templo, não para a Igreja.

A postura com relação à Igreja era outra, segundo o livro de Atos dos Apóstolos: “punham tudo em comum, vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um” (At 2,44). Mais adiante, repete com outra forma: “Não havia entre eles necessitado algum. De fato, os que possuíam terrenos ou casas, vendendo-os, traziam os valores e os depunham aos pés dos apóstolos. Distribuía-se, então, a cada um, segundo a sua necessidade” (At 4,34).

Não há aqui referência ao sustento dos apóstolos ou da evangelização, embora isso possa ser suposto. O que se dá nessa experiência de comunhão plena – não apenas espiritual, mas material – é a tentativa de pôr em prática desde já o Reino de Deus anunciado por Jesus. Sabemos que a comunidade de Jerusalém acabou indo à falência e dependeu da ajuda das outras Igrejas para sobreviver.

A expansão da Igreja pelo Império Romano dependeu com certeza do apoio financeiro das comunidades que assim faziam sua parte na ação missionária. Por seu turno, as comunidades novas mantinham suas atividades, mantinham os apóstolos e seus auxiliares de forma espontânea e generosa, não havendo necessidade de qualquer referência a dízimos ou esmóltulas.

O que se deduz das leituras dos textos do Novo Testamento é que o trabalho apostólico dependia do comprometimento das comunidades, auxiliando nas despesas das atividades missionárias.

Essa questão surge nas Cartas aos Coríntios, num contexto conflituoso em que algumas pessoas questionam a competência e legitimidade apostólicas de Paulo. Nessas cartas, ele ocupa um espaço razoável se defendendo. Nesse clima, é que se encontram informações sobre a prática da comunidade.

Assim em 1 Cor 9,4-7, vemos que os apóstolos, os irmãos do Senhor e Cefas (Pedro) são mantidos pelas comunidades – eles e suas esposas:

Não temos o direito de comer e beber? Não temos o direito de levar conosco, nas viagens, uma mulher cristã, como os outros apóstolos e os irmãos de Senhor e Cefas? Ou somente eu e Barnabé não temos o direito de ser dispensados de trabalhar? Quem vai alguma vez à guerra com seus próprios recursos? Quem planta uma vinha e não come do seu fruto? Quem apascenta um rebanho e não se alimenta do leite do rebanho?

Está bem claro que todos os missionários estão “dispensados de trabalhar”, ao passo que Paulo e Barnabé continuam trabalhando. Registre-se que Paulo não está reclamando do fato de trabalhar. Pelo contrário, quer apenas destacar que ele evita ser pesado à comunidade e isso deve ser levado em consideração pela comunidade como mérito pela gratuidade de sua missão apostólica.

No versículo 7 do excerto acima, ele afirma que ser mantido pela Igreja é direito do apóstolo, tanto quanto do soldado, do agricultor ou do pastor.

No capítulo 11, ele explicita o fato de ter trabalhado gratuitamente para aquela comunidade, e começa perguntando com ironia e certa amargura:

Terá sido falta minha anunciar-vos gratuitamente o evangelho de Deus, humilhando-me a mim mesmo para vos exaltar? Despojei outras Igrejas, delas recebendo salário, a fim de vos servir. E, quando entre vós sofri necessidade, a ninguém fui pesado, pois os irmãos vindos da Macedônia supriram minha penúria...” (2 Cor 11,9-11).

Esses textos são reveladores dos problemas e atritos que já surgiam na Igreja primitiva quanto

a essa questão da manutenção dos apóstolos, embora, de modo geral, parece que as comunidades assumiam de bom grado essa responsabilidade. Entretanto, atente-se à informação de que Paulo, embora nada recebesse dos coríntios, recebia salário de outras igrejas, enquanto trabalhava em Corinto.

Com a crise econômica da Igreja de Jerusalém, é desencadeada uma campanha para ajudar aos “santos” daquela cidade. Paulo se empenha de modo particular nessa campanha.

Essa coleta (referida explicitamente em Rom 15, 26), é abordada em 1 Cor 16,1ss. Em 2 Cor 8 e 9, ele se estende mais sobre o tema, apresentando argumentos e reflexões que transcendem aquela ação específica. A palavra-chave do trecho é generosidade. Esta citação é, talvez, a mais repetida pelas Igrejas para reforçar o dízimo:

Cada um dê como dispôs no seu coração, sem pena nem constrangimento, pois Deus ama quem dá com alegria. Deus pode cumular-vos de toda espécie de graças, para que tenhais sempre e em tudo o necessário e vos fique algo de excedente para toda boa obra, conforme está escrito: “Distribuiu, deu aos pobres, a sua justiça permanece para sempre.”

Aqui o apóstolo resgata a idéia da recompensa divina à generosidade, acrescentando que o excedente é “para toda boa obra”.

Concluindo, podemos dizer que a primitiva Igreja não dependia do sistema de dízimo para sobreviver e não há registro de que os apóstolos, presbíteros ou episcopos cobrassem dízimo de suas comunidades.

4 – A MANUTENÇÃO DA IGREJA NOS SÉCULOS SEGUINTE

4.1 – Na Antigüidade

Ultrapassados os tempos neo-testamentários, em que havia a expectativa de uma iminente volta do Senhor Jesus e da eclosão de Seu Reino, a Igreja precisou se organizar para uma sobrevivência indeterminada na história. Assim é que, falecida a geração apostólica, começou a se institucionalizar uma estrutura organizacional que desse estabilidade ao corpo eclesial espalhado pelas cidades do Império. Surgiram, então, com mais poder efetivo as funções dos presbíteros e episcopos que, mais adiante, vão se distinguir uns dos outros, constituindo uma hierarquia em que os episcopos (bispos) deterão mais poder. Inserida no Império, a Igreja irá copiar o modelo organizativo imperial, mesmo antes de ser “oficializada” por Constantino. A própria idéia de hierarquia, ausente no período neo-testamentário, passará a ser incorporada a partir dos conceitos judaicos e romanos, simultaneamente. O termo sacerdote, nunca empregado no NT para se referir aos servidores das comunidades, vai aos poucos sendo empregado para se referir aos presbíteros e episcopos, numa apropriação da terminologia judaica e romana.

Nessa Igreja, anterior ao edito de Constantino, a prática da manutenção eclesial continuava baseada na generosidade das doações dos fiéis que pareciam suficientes para manter seus ministros, seus serviços religiosos (de modo geral, muito simples) e suas ações de ajuda aos mais necessitados. Nos períodos em que havia pausas maiores na perseguição, os cristãos chegavam a iniciar construções de espaços próprios de culto. Após as “Igrejas domésticas” (as Igrejas se reúnem na casa de algum cristão), surge a “domus ecclesiae” (= casa da Igreja), que é uma casa (doada por alguém) que passa a ter a função específica de encontro da comunidade e surgem também as famosas catacumbas. Mais tarde, vamos assistir ao surgimento das basílicas.

Apesar de não haver dízimo e da perseguição, a Igreja conseguiu ter uma estabilidade

financeira muito boa, que chegava a preocupar as autoridades romanas. Houve até casos de perseguição em que o motivo era saquear os bens das comunidades. Na metade do século terceiro, a Igreja de Roma contava com aproximadamente trinta mil membros e assistia mil e quinhentas viúvas e indigentes, além de seus ministros (46 presbíteros, 7 diáconos, 7 subdiáconos, etc.).

Isso supõe uma solidez econômica bastante razoável. E só se contava com o sentido de responsabilidade dos cristãos, que faziam doações segundo suas posses e seu coração.

Por esse mesmo período (ano 257 d.C.), é lançado um novo edito determinando o exílio dos líderes cristãos, a proibição de reuniões e de entrada em cemitérios (catacumbas), sob pena de morte. Em 258 a perseguição se torna mais violenta e leva à morte muitos líderes cristãos. Os bens da Igreja deviam ser confiscados. É dessa época o martírio do diácono Lourenço que, tendo recebido a ordem de entregar todo patrimônio da Igreja ao Império, reuniu todos os pobres assistidos pela comunidade romana e os apresentou às autoridades, dizendo: “Este é o patrimônio da Igreja”. Foi condenado à pena de morte, sendo queimado sobre uma grelha.

O homem que deu a sugestão para esses atos de combate aos cristãos era o ministro de finanças do imperador Valeriano que dizia que a Igreja era “um Estado dentro do Estado”, que os cristãos não se adaptariam à ideologia do Império e que eram perigosos do ponto de vista material. Fica claro que, além da questão religiosa, as autoridades imperiais temem a força moral e material que a Igreja possuía.

Em conclusão, o que se percebe é que a saúde espiritual, moral ou material da Igreja não depende de dízimos ou de apoio de governos, mas do envolvimento que o povo cristão tem com o trabalho de evangelização que deve ser continuado.

Recorde-se aqui um momento importante nas celebrações da Ceia do Senhor (Ágape, Eucaristia). Essas reuniões que ocorriam no anoitecer do último dia da semana (mantendo a tradição judaica de considerar o início do dia com o escurecer) eram divididas em três momentos: leituras das escrituras, ofertas e ceia. A partir do século segundo, ela vai sendo mais formalizada e ritualizada, até se transformar bem mais tarde no ritual da Missa. Naqueles tempos, o momento das ofertas era muito valorizado. Todos os participantes traziam doações e as apresentavam ao presidente da celebração. Essas doações consistiam em pão e vinho que seriam usados na própria celebração, alimentos, roupas, etc. Os dons que não eram usados na própria celebração eram administrados pelos diáconos que zelavam por sua justa distribuição e que tinham também a tarefa de zelar pelo patrimônio da Igreja.

Hoje se perdeu muito dessa consciência. Na Igreja católica, que tem uma procissão das ofertas, a maioria dos presentes não participa ou participa da procissão realizando apenas uma “entrega espiritual”. Nas Igrejas não-católicas, essa prática é muito diferenciada: algumas simplesmente a aboliram, outras a mantêm de forma quase simbólica e outras transformaram esse momento numa espécie de barganha com Deus, convocando o fiel a doar o máximo para conseguir as bênçãos (materiais) de Deus.

4.2 – Da Idade Média até hoje

Após a institucionalização do cristianismo, a partir de Constantino, a Igreja que já vinha aceitando e adaptando vários elementos da estrutura administrativa romana, acelera esse processo de incorporação, com todas as coisas boas e más que isso veio a acarretar. Mas não vamos descer a detalhes aqui. Sabe-se já o quanto se corrompeu a Igreja com seu envolvimento nas estruturas políticas e econômicas da Idade Média em diante.

Como foi uma prática adotada por muitos séculos na Igreja Católica até recentemente, falarei da questão da “cobrança” pela administração dos sacramentos.

Na Antigüidade, quando os participantes da Ceia (que, em Roma, passou a se chamar “missa” em razão da despedida dos catecúmenos após a liturgia da Palavra) traziam sua ofertas (como

vimos), elas eram consideradas como um meio de se associar mais intimamente ao mistério da celebração e participar melhor de suas graças. Assim, trazer ofertas tinha um significado litúrgico fundamental: era uma forma prática de integração naquela celebração.

Na Idade Média, pela influência da concepção germânica de dádivas², admitiu-se a possibilidade de que uma pessoa sozinha pudesse fazer uma doação para a missa, tendo o sacerdote a obrigação de oferecê-la, excluindo as doações de outros. Isso foi se espalhando, embora questionado e até proibido. Finalmente, acabou sendo aceito sob algumas condições. Essa doação individual em que o doador era o “dono da intenção da missa” era o que se chamava “espórtula” ou “estipêndio” da missa. Para os sacramentos de iniciação cristã (Batismo, Crisma, Eucaristia) era proibido cobrar estipêndio. Essa espórtula constituiu durante muito tempo o rendimento estável de uma comunidade. As outras fontes de renda – doações, ajudas de governos, ofertórios, festas, quermesses, cantinas – podiam representar mais recursos, mas eram menos estáveis e dependiam da “criatividade” do padre. Na Igreja Católica, essa foi uma forma comum até o Concílio Vaticano II.

A Reforma Luterana questionou todas as formas de cobrança acusando a “Igreja de Roma” de simonia. A partir daí, todas as denominações oriundas da Reforma retomaram a visão do dízimo do Antigo Testamento. Em muitos Estados (apesar da propalada separação entre Igreja e Estado), o dízimo se tornou compulsório.

Atualmente, a Igreja Católica, tendo abolido o estipêndio sobre a administração dos sacramentos, está investindo no convencimento de seus fiéis sobre a necessidade de contribuir com o dízimo, embora não insista no sentido literal de “dez por cento”.

5 – CONCLUSÕES PROVOCATIVAS

A partir das colocações que apresentamos, vamos levantar alguns pontos para reflexão.

Fique claro, antes de tudo, que não foi intenção desse trabalho, liberar qualquer membro de comunidade de dar a sua contribuição de dez por cento de sua renda, ou seja, a intenção não é reduzir o valor da doação. Pelo contrário, pode ser que ela deva ser aumentada.

A principal conclusão a que minhas reflexões levam é que **não há base bíblica honestamente válida para a imposição de dízimo aos cristãos**, considerando que os valores do Povo da Nova Aliança repousam sobre princípios e critérios diferentes dos que fundamentavam o Povo da Antiga Aliança.

De fato, as referências bíblicas para o dízimo são todas tiradas do Antigo Testamento. Eventualmente, cita-se o dito de Jesus em Mt 10,10 (“importava praticar essas coisas”), que não é uma defesa do dízimo e muito menos pode ser visto como um mandamento. Quase sempre é repetida a já decorada frase de Paulo (“cada um dê conforme seu coração”) que, embora nada tenha a ver com o dízimo, é, muitas vezes, inadvertidamente apresentada como se do dízimo se tratasse (não nos cabe julgar se por má-fé ou por leitura fora de contexto).

Acentuo que **é dever do cristão manter materialmente sua Igreja**, o que significa sustentar os ministros que têm dedicação exclusiva ao serviço eclesial e, sobretudo, dar suporte ao trabalho de evangelização em todas as suas dimensões: ações litúrgicas, doutrinação/catequese/didática (seja lá que nome cada comunidade dê), trabalhos missionários (em regiões distantes, nas ruas, nos presídios, nos hospitais, etc.), serviços sociais comunitários.

Contudo, pretendemos ressaltar fortemente um aspecto que parece esquecido pelas Igrejas. É dever de todo cristão apresentar suas dádivas à Igreja para que esta possa atender aos mais pobres. Essa era a principal função das ofertas dos primeiros cristãos: “não haver necessitados entre eles”. A insistente campanha de Paulo para que as comunidades helênicas fossem generosas era para auxiliar a comunidade pobre de Jerusalém – não a ele ou aos demais apóstolos. Assim sua coleta

² Conferir Revista *Concilium*, n. 137, 1978/7, da Editora Vozes

combinava um sentido de comunhão eclesial com o de partilha de bens com os mais carentes. Quando Lourenço – venerado pela Igreja Católica como São Lourenço – apresenta os pobres como o patrimônio da Igreja, não estava apenas afrontando a autoridade imperial. Estava, na verdade, dizendo que a riqueza da Igreja, que o Império começava a cobiçar, estava em ser uma comunidade de pobres e estava dizendo também que o patrimônio material estava prioritariamente investido naquelas pessoas e não no embelezamento de templos ou conforto dos ministros cristãos.

E aí pergunto (pergunta só retórica, resposta sabida): qual comunidade cristã reserva alguma parte do que arrecada para atendimento aos mais necessitados da própria comunidade ou da redondeza?

E, já que tanto se fala em dízimo conforme o Antigo Testamento, qual comunidade cita o texto de Deuteronômio que manda reservar o dízimo do terceiro ano para os excluídos? E alguma Igreja aplica um terço de sua renda em algum serviço social, que seria uma forma mais moderna de cumprir aquele mandado?

Os discursos sobre o dízimo sempre lembram a também ultracitada passagem de Malaquias em que Deus abrirá as comportas do céu para quem pagar o dízimo. Quanto se tem abusado disso!

Não há dúvida que não falta o pão àquele que oferecer sua contribuição consciente e generosa para que a evangelização prossiga no mundo. Contudo, muitas pregações ou discursos soam como uma espécie de ameaça: o dízimo é a garantia de que nada faltará e seu não pagamento poderá implicar em que Deus abandone seu fiel à penúria. Isso, em algumas denominações, é tão arraigado que parece que muitos não deixam de dar seu dízimo por medo de que Deus o castigue de algum modo. E não faltam também relatos de pessoas que se viram em apuros financeiros quando haviam interrompido sua contribuição dizimista e que fazem uma ligação causal entre as duas coisas.

É difícil entender que seguidores de Jesus, que anunciou que Deus é Pai de misericórdia e “que faz chover sobre bons e maus”, pensem que Deus venha a agir dessa forma. Não é preciso saber muita teologia para perceber a incoerência dessa concepção.

Nem vou chegar a citar a grande chantagem que muitos pregadores levam seus fiéis a fazer com Deus: eu faço a minha parte, Ele tem que fazer a Dele, pois “Deus é fiel”. Entre muitos casos, vi um testemunho numa TV confessional em que o crente afirmava que havia doado tudo o que tinha no momento, na Igreja, pois tinha certeza que Deus lhe daria muito mais e que, de fato, Deus não o decepcionou pois conseguira uma casa, um carro novo, etc.

Assim, baseado num trecho da Palavra de Deus, vincula-se o pagamento do dízimo a recompensa e castigo, nesta vida (de preferência?) ou na outra vida. E a gravidade disso é enorme, pois torna o dízimo uma espécie de critério de salvação.

Outro aspecto que é marcante nas catequeses sobre o dízimo é seu caráter sagrado, no sentido mais extremo que tem essa palavra. Sabe-se que “sagrado” significa “separado” e se refere àquelas coisas que são, de algum modo, reservadas para o culto a Deus. Assim é que templos, altares, objetos de altar, a Bíblia, os ministros religiosos são chamados de sagrados. A partir daí, o termo passou a ter a conotação mais radical de “intocável” e, na linha da religiosidade mais primitiva, passou ser visto como algo “terrível, temível”. A partir, principalmente, dos textos sacerdotais, que falam que o dízimo é consagrado a Javé, tem-se incutido muito nas Igrejas a idéia da sacralidade absoluta do dízimo, no sentido de que o dízimo pertence a Deus e é, portanto, intocável. Esse sentido do sagrado impede que o membro da comunidade questione essa obrigação que lhe é imposta, pois, afinal (pensa ele ou dizem a ele), trata-se de uma ordem divina.

Entendo que deve o cristão separar uma parte de sua renda para ajudar no sustento de sua Igreja e para assistência aos mais pobres, ou seja, será uma parte sagrada ou consagrada. Contudo, não cabe, no regime da Nova Aliança, esse discurso do sagrado, como intocável, como se se estivesse devolvendo a Deus a propriedade dele.

A despeito de todo o universo pertencer a Deus, ao ser humano ele foi entregue para bem cuidar dele. O discurso do “sagrado” em seu sentido extremo visa impedir que o participante da

comunidade questione tanto o nível de sua obrigação quanto a aplicação que se faz dos recursos que ele oferece.

De fato, deve ser dito com toda clareza: o dízimo não é entregue a Deus, é entregue a uma instituição que, por melhor que seja, está sujeita às condições humanas boas ou más. E, portanto, ele deve ser dado com responsabilidade e senso crítico. Isso quer dizer que um fiel pode deixar de dar o dízimo se percebe que ele está sendo mal aplicado. Entretanto, isso a partir de uma avaliação objetiva e honesta, e após ter apresentado suas críticas aos responsáveis pela administração da comunidade. Não pode valer aqui aquela forma de crítica genérica e irresponsável: “esses padres/pastores não são de confiança”, “eles todo ano trocam de carro”, “não confio nessas pessoas”.

Em suma, o dízimo não é para Deus, mas para a Igreja, para seu sustento e para suas ações evangelizadoras, cabendo perfeitamente o questionamento do que é feito e até a suspensão de seu pagamento, conforme o caso.

Finalmente, encerro com algumas propostas:

1. *As Igrejas devem ser amadas por seus membros, de modo que eles se sintam corresponsáveis pela sua vida.*
2. *As Igrejas não podem usar a Palavra de Deus para justificar a exigência do dízimo. Isso constitui, na verdade, uma espécie de constrangimento moral e religioso, a partir de um uso inadequado de textos normativos bíblicos que se referiam a um contexto e uma cultura diferentes.*
3. *Deve ser dito que o dízimo, bem como toda doação, é para a Igreja – não para Deus – e de que modo esse recurso vai ser utilizado.*
4. *As Igrejas devem desenvolver uma pedagogia que crie nos seus membros uma consciência de compromisso com evangelização, que precisa tanto de recursos humanos quanto de recursos financeiros.*
5. *As Igrejas devem investir mais no significado das ofertas como na Igreja primitiva, como forma de participação na Ceia e de partilha de bens.*
6. *Uma parte dos recursos arrecadados pelas Igrejas deve ser reservada para apoio concreto a ações sociais voltadas para os mais necessitados e ajuda a pessoas e famílias carentes, não apenas da própria comunidade. (Lembro aqui o “estrangeiro” dos textos bíblicos.)*